



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 8.281

De 10 de Janeiro de 2022.

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, A OBRIGATORIEDADE DOS CLUBES DE FUTEBOL SEDIADOS NO MUNICÍPIO, DE PROMOVEREM FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS AOS ATLETAS DE SUAS CATEGORIAS DE BASE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de Campina Grande, que os clubes de futebol sediados no município, deverão promover formação em direitos humanos aos atletas de suas categorias de base.

Art. 2º A obrigatoriedade referida nesta Lei será imputada aos clubes de futebol:

- I - Com no mínimo de 1.000 (um mil) sócios-torcedores; e
- II - A partir da categoria sub-17.

Art. 3º A formação em direitos humanos descrita no Art. 1º desta norma, deverá observar os seguintes temas:

- I - Conceitos básicos de Direitos Humanos;
- II - Igualdade de gênero;
- III - Igualdade racial; e
- IV - Diversidade sexual e afetiva.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Deverão ser cumpridas e observada uma carga horária mínima de 36 (trinta e seis) horas-aula anuais, e carga horária mínima de 8 (oito) horas-aula anuais por tema disposto no Art. 3º desta norma.

Art. 4º Os clubes de futebol deverão apresentar relatório anual das atividades de formação em Direitos Humanos ao Poder Executivo, através da Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer (SEJEL), e disponibilizar em sítio eletrônico, ou rede social, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único. O Poder Executivo e os clubes de futebol poderão firmar parcerias para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º Os clubes de futebol que descumprirem o aludido nesta Lei, estarão sujeitos as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando da primeira autuação e notificação; e
- II - Multa de R\$ 10.000 (dez mil reais), chegando ao dobro em caso de reincidência.

§ 1º O valor aferido das multas que dispõem os incisos I e II serão atualizados e corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do ano anterior, ou por qualquer outro índice que venham a substituí-los.

§ 2º Em caso de inobservância do disposto nesta norma, os clubes de futebol só poderão firmar acordos de quitação de dívidas, ou remissão, com o Poder Executivo Municipal, em caso de comprovação de atendimento ao referido nesta Lei, nos últimos três anos consecutivos.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal regulamentará o exercício desta Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessárias.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 8º Revogam-se disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



BRUNO CUNHA LIMA BRANCO
Prefeito Constitucional